



RIBEIRAPERA

SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASTANHEIRA DE PERA, E.M.,

RIBEIRAPERA - SEDE: Parque Industrial do Safrujo - 3280-112 Castanheira de Pera

RELATÓRIO E CONTAS

2023



RIBEIRAPERÁ - SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASTANHEIRA DE PERÁ, E.M. S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO DE 2023

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, o Conselho de Administração da RIBEIRAPERÁ, EM SA apresenta a V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas do exercício desta sociedade à data de 31 de dezembro de 2023.

1. ATIVIDADE DA EMPRESA

Destacam-se na atividade de 2023 os resultados dos projetos iniciados desde 2020 no Parque Industrial do Safrujo, por efeito, nomeadamente, da empreitada lançada para recuperação dos imóveis da empresa (Edifícios 2 e 5 e Estradas Interiores) e adjudicada ao abrigo da candidatura referente ao AVISO CENTRO-53-2020-08 - OPERAÇÕES DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL. Efetivamente, ao fecho deste exercício é bem visível a nova imagem deste edificado e as manifestações de interesse para exploração de pavilhões excedem todas as projeções, comprovando que a estratégia delineada para os melhoramentos e desenvolvimento visados estava certa. Por outro lado, é a confirmação de que o esforço financeiro implicado, devido à parcela de custos não contemplados pela candidatura, vale a pena e terá retorno no cumprimento dos objetivos.

Neste âmbito de melhoramentos do Parque Industrial do Safrujo importa também destacar o efeito positivo do investimento efetuado em 2022 na recuperação dos arruamentos, pelo Município, nos da sua competência, e no decurso do de 2023 os do foro interno do Parque, da responsabilidade da RIBEIRAPERÁ.

Registam-se seguidamente outros assuntos pertinentes na atividade do Conselho de Administração no exercício de 2023:

- ARRENDAMENTOS E CONTRATOS NO PARQUE INDUSTRIAL DO SAFRUJO

Em 2023 manteve-se a procura de pavilhões no Parque Industrial do Safrujo, para exploração através de arrendamentos e contratos, facto que o Conselho de Administração regista com satisfação tendo em conta que esta é a única fonte de receitas da RIBEIRAPERÁ. Ao fecho do exercício de 2023 encontram-se ocupados a grande maioria dos espaços existentes, excetuando as áreas sem possibilidade de utilização, por efeito das obras em curso.

De referir que a referida procura excedeu a capacidade de resposta, inclusivamente para as



RIBEIRAPERÁ - SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASTANHEIRA DE PERÁ, E.M. S.A.

áreas ainda indisponíveis.

Quanto ao incumprimento dos clientes, apesar de atrasos pontuais, registou-se em grande maioria a boa cobrança das rendas e contratos.

- CONTENCIOSO

Contrariando o que seria expectável, ao fecho do exercício de 2023 ainda decorre uma ação jurídica envolvendo a empresa 'Getecorte, uma vez que o seu representante tem arrastado o assunto com recursos sucessivos. Na primeira ação até ao Tribunal Constitucional, e depois disso através de nova ação, com o intuito de anulação da primeira. Também esta foi julgada improcedente, mas apesar disso, e uma vez que beneficia de apoio judiciário, voltou a recorrer, obrigando a Ribeirapera a nova contestação.

- COOPERAÇÃO FINANCEIRA

Ao abrigo dos normativos legais existentes, foi firmado com o Município de Castanheira de Pera um Contrato Programa destinado a apoiar esta sociedade na gestão e exploração do Centro Empresarial do Parque Industrial do Safrujo, que visa promover e apoiar a criação e fixação de pequenas unidades empresariais no nosso concelho, em particular no Parque Industrial do Safrujo.

- SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Neste exercício de 2023 a gestão de tesouraria permitiu que se atingissem os níveis adequados ao cumprimento das obrigações correntes da empresa, encontrando-se integralmente cumpridas todas as obrigações legais e fiscais da sociedade.

- BANCA

Decorre o reembolso do empréstimo bancário de médio e longo prazo contratualizado em 2020 com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Zona do Pinhal, para a execução da 1ª Fase das obras de recuperação do edificado do Parque Industrial do Safrujo (Projetos e Edifício 5).

Em 2023 foi contratualizado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Zona do Pinhal um segundo empréstimo, no montante de 75.000,00€ para fazer face à quota-parte da Ribeirapera na candidatura referente ao AVISO CENTRO-53-2020-08 - OPERAÇÕES DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL.

Concluiu-se a amortização do empréstimo existente com a Caixa Geral de Depósitos, o qual, assim, se extinguiu em setembro transato.



RIBEIRAPERA - SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASTANHEIRA DE PERA, E.M. S.A.

- MINI-CENTRAL HIDROELÉTRICA DO SAFRUJO

Em 2023 não se registaram quaisquer alterações ao contrato de concessão em vigor. Relativamente à resposta aguardada da Agência Portuguesa do Ambiente, em âmbito de processo que decorre desde 2005, registamos que ao fecho deste exercício esta entidade não tinha ainda apresentado qualquer resposta à interpelação da Administração da RIBEIRAPERA, que tentou promover o desbloqueio da situação em conjunto com o concessionário da Minicentral.

2. INVESTIMENTO

Executaram-se neste exercício de 2023 os investimentos decorrentes do lançamento no ano anterior do procedimento para a empreitada de recuperação dos imóveis da sociedade no Parque Industrial do Safrujo (Edifícios 2 e 5 e Estradas Interiores), referentes à candidatura respeitante ao AVISO CENTRO-53-2020-08 - OPERAÇÕES DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL.

3. SITUAÇÃO FINANCEIRA E RESULTADOS

O resultado apurado no exercício de 2023 apresenta-se positivo, no montante de 8.759,84€ (oito mil setecentos e cinquenta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos).

As depreciações foram efetuadas a taxas fiscalmente permitidas, coincidentes com o número de anos de vida útil esperada.

A rubrica Clientes de Cobrança Duvidosa, foi reforçada no montante de 6.353,95€ apresentando agora um saldo de 27.246,62€

Foi constituída uma imparidade para ativos no montante de 5.000€ relativa aos bens registados no ativo da empresa no ano de 2022 no âmbito do processo de execução 233/20.3T8FVN. A constituição desta provisão tem por base o facto de em 2023 os referidos bens terem sido considerados obsoletos, em mau estado de conservação e sem qualquer interesse económico.

No âmbito da candidatura apresentada em 2020 ao abrigo do AVISO CENTRO-53-2020-08 - OPERAÇÕES DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL foi recebida em 2023 a verba de 232.948,80€ estando ainda por receber o montante de 196.444,95€.

Os ganhos de 2023 registaram globalmente o valor de 61.812,19€ com a seguinte subdivisão:



RIBEIRAPERAPERA - SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASTANHEIRA DE PERA, E.M. S.A.

Ganhos Obtidos	2023	2022	Variação
Prestação de serviços	33 103,25 €	29 549,04 €	3 554,21 €
Subsídios à Exploração	22 500,00 €	112,00 €	22 388,00 €
Outros Rendimentos	6 208,94 €	27 408,75 €	-21 199,81 €
Total	61 812,19 €	57 069,79 €	4 742,40 €

Já em relação aos gastos incorridos, totalizaram 49.982,28€ (quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois euros e vinte e oito cêntimos) distribuídos da seguinte forma:

Gastos Incorridos	2023	2022	Variação
Fornecimentos e serviços externos	15 540,10 €	10 197,37 €	5 342,73 €
Gastos com o pessoal	14 539,13 €	13 119,37 €	1 419,76 €
Imparidades Dividas a Recever	6 353,95 €	15 288,07 €	-8 934,12 €
Outras Imparidades	5 000,00 €	0,00 €	5 000,00 €
Outros gastos	2 543,58 €	7 043,79 €	-4 500,21 €
Gastos de depreciação e de amortização	4 611,66 €	2 189,20 €	2 422,46 €
Gasto de financiamento (líquidos)	1 393,86 €	466,73 €	927,13 €
Total	49 982,28 €	48 304,53 €	1 677,75 €

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o lucro apurado no exercício de 2023, no montante de 8.759,84€ (Oito mil setecentos e cinquenta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados, para compensar os prejuízos de anos anteriores.

5. OUTRAS INFORMAÇÕES

No exercício de 2023 a empresa cumpriu integralmente as suas obrigações junto do Setor Público Estatal e da Segurança Social.

Após o termo deste exercício não ocorreu qualquer situação que mereça destaque e que fosse passível de alterar as contas que se apresentam a 31 de dezembro de 2023.



RIBEIRAPERÁ - SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASTANHEIRA DE PERA, E.M. S.A.

6. PERSPETIVAS

Conforme referido no relatório relativo a 2022, o ano de 2023 confirmou-se como o ano de viragem na gestão da Ribeirapera, EM SA, pelo que se perspetiva para 2024 nomeadamente:

- A continuidade do Contrato-Programa contratualizado com o Município, que permitirá à empresa continuar a desenvolver as atividades para as quais foi constituída e mandatada;
- Com a reabilitação dos Edifícios 2 e 5, e a pavimentação dos arruamentos interiores do parque ao abrigo da candidatura referente ao AVISO CENTRO-53-2020-08 - OPERAÇÕES DE

ACOLHIMENTO EMPRESARIAL entretanto realizada, que permitirá disponibilizar vários espaços ao tecido empresarial local e regional;

- Pela instalação do Parque de Máquinas Municipal nas antigas instalações da Terserra, que trarão outro dinamismo e movimento.

Adicionalmente, tendo em consideração os avisos do PORTUGAL 2030, a Ribeirapera pretende apresentar nova candidatura para recuperação do restante edificado do parque.

O Conselho de Administração pretende prosseguir a sua gestão com responsabilidade, empenhamento, motivação e vontade perante o trabalho que há a desenvolver na continuação da recuperação do Parque Industrial do Safrujo com vista a atingir o seu potencial nas ações definidas no seu objeto social.

7. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece todo o apoio e confiança recebidos dos seus acionistas, com natural destaque para o executivo Municipal, bem como dos seus Clientes, Fornecedores, Instituições Bancárias e outras Entidades que se relacionaram com esta sociedade no decurso de 2023.

Agradece igualmente aos membros da Mesa da Assembleia Geral e, muito reconhecidamente, ao Contabilista Certificado e ao Fiscal Único, pelo apoio e disponibilidade manifestados no referido ano.

Castanheira de Pera, 22 de março de 2024



RIBEIRAPERAPERA - SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASTANHEIRA DE PERA, E.M. S.A.

O Conselho de Administração,

Luís Filipe Oliveira Graça Oliva – Presidente

João Pedro Farinha Pegado – Vogal

Nuno Óscar Lopes Tomás - Vogal



RIBEIRAPERÁ - SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASTANHEIRA DE PERÁ, E.M. S.A.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ARTIGO 447º, Nº5 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS:

1 - RELAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E RESPETIVAS AÇÕES (C.S.C. ARTº 447, Nº 5)

1.1. - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Filipe Oliveira Graça Oliva	- Presidente	- 500 ações
João Pedro Farinha Pegado	- Vogal	- 0 ações
Nuno Óscar Lopes Tomás	- Vogal	- 0 ações

1.2. - FISCAL ÚNICO

Mariana Lopes Bernardino (ROC n.º 1850) - 0 ações

Castanheira de Pera, 01 de março de 2024

O Conselho de Administração,

Luís Filipe Oliveira Graça Oliva - Presidente

João Pedro Farinha Pegado - Vogal

Nuno Óscar Lopes Tomás - Vogal

Ribeirapera - Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A.

Capital Social: 62.500€

NIF: 501 452 303

C.R.C Castanheira de Pera Registo N.º 5/19840914

BALANÇO em 31 de dezembro de 2023

CONTAS	RUBRICAS	Notas	DATAS	
			31-12-2023	31-12-2022
	ATIVO			
	Ativo não corrente			
42+43+453+455-459	Ativos fixos tangíveis	6	787 878,75	359 572,80
			787 878,75	359 572,80
	Ativo Corrente			
211+212+217-219	Clientes	14	2 599,00	6 453,26
24	Estado e outros entes públicos	13	1 437,15	1 034,25
229-229+232+238-239+ ... +278-279+22+263+266+268-268	Outros créditos a receber	14.5	212 993,61	445 842,41
281	Diferimentos	10	1 235,91	1 237,94
46	Outros Ativos correntes	7	0,00	5 000,00
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	4	9 018,44	344,85
	Total do ativo		227 284,11	459 912,51
			1 015 162,86	819 485,31
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	CAPITAL PRÓPRIO			
51	Capital subscrito	15	62 500,00	62 500,00
551	Reservas legais	15	12 500,00	12 208,30
552	Outras reservas	15	16 769,20	16 769,20
56	Resultados Transitados	15	(39 272,22)	(44 600,72)
58	Excedentes de revalorização		286 770,05	286 770,05
57+59	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	12/15/20	423 086,42	426 838,17
	Resultado líquido do período		762 353,45	760 485,00
818		13.1	8 759,84	5 620,20
	Total do Capital Próprio		771 113,29	766 105,20
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
25	Financiamentos obtidos	8	92 669,40	23 948,36
			92 669,40	23 948,36
	Passivo corrente			
221+222+225	Fornecedores	14	5 652,97	6 621,26
24	Estado e outros entes públicos	13	1 123,57	663,20
25	Financiamentos obtidos	8	6 301,18	3 980,33
282	Diferimentos	10	3 680,11	4 659,95
23+27	Outras dividas a pagar	14.4	134 622,34	13 527,01
	Total do passivo		151 380,17	29 431,75
	Total do capital próprio e do passivo		244 049,57	53 380,11
			1 015 162,86	819 485,31

Castanheira de Pera, 22 de Março, 2024

O Contabilista Certificado

Carla B. Aguiar

O Conselho de Administração

Luís Paulo
João Pedro

Ribeirapera - Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A.

Capital Social: 62.500€

NIF: 501 452 303

C.R.C Castanheira de Pera Registo N.º 5/19840914

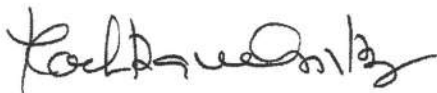
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2023

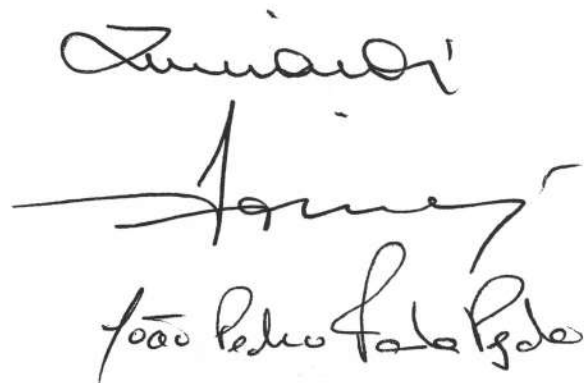
CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
			2023	2022
+71+72	Vendas e serviços prestados	11	33 103,25	29 549,04
+75	Subsídios à exploração	5/12	22 500,00	112,00
-62	Fornecimentos e serviços externos	15	(15 540,10)	(10 197,37)
-63	Gastos com o pessoal	16	(14 539,13)	(13 119,37)
-651+7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(6 353,95)	(15 288,07)
-653--657+ ... +7627+7628	Outras imparidades (perdas/reversões)	9	(5 000,00)	0,00
+78 (excep.785)+ ... +798	Outros rendimentos	17.2	6 208,94	27 408,75
-68 (excep. 685)- ... -6988	Outros gastos	17.1	(2 543,58)	(7 043,79)
	Resultado antes de depreciaç., gast. financ. e impostos (EBITDA)		17 835,43	11 421,19
-64+761	Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6.1	(4 611,66)	(2 189,20)
	Resultado operacional (antes gastos financ. e impostos) (EBIT)		13 223,77	9 231,99
-6911-6917-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	8	(1 393,86)	(466,73)
811	Resultado antes de impostos (EBT)		11 829,91	8 765,26
812	Imposto sobre o rendimento do período	12	(3 070,07)	(3 145,06)
818	Resultado líquido do período		8 759,84	5 620,20

Castanheira de Pera, 22 de Março, 2024

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Ribeirapera - Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A.

Capital Social: 62.500€

NIF: 501 452 303

C.R.C. Castanheira de Pera

Registo N.º/19840914

ANEXO

31 de dezembro de 2023

Índice

1. Identificação da Empresa.....	2
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	2
3. Principais políticas contabilísticas.....	4
4. Fluxos de caixa	7
5. Partes relacionadas.....	8
6. Ativos fixos tangíveis.....	8
7. Outros ativos correntes	9
8. Financiamentos obtidos.....	10
9. Imparidade de Ativos	11
10. Diferimentos	11
11. Rédito.....	11
12. Subsídios e outros apoios de entidades públicas	12
13. Impostos e Contribuições	13
14. Instrumentos financeiros.....	13
15. Capitais Próprios	16
16. Fornecimentos e serviços externos	17
17. Gastos com o Pessoal.....	17
18. Outros gastos e outros rendimentos	18
19. Divulgações exigidas por diplomas legais	18
20. Outras Informações	19
21. Acontecimentos após a data do balanço.....	20

ANEXO

31 de dezembro de 2023

O presente **Anexo**, relativo ao período económico que termina a 31 de dezembro de 2023, procede à compilação das divulgações que a Empresa considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente a **NCRF-PE**.

1. Identificação da Empresa

Designação da entidade: **Ribeirapera – Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A.**

Sede social: **Parque Industrial do Safrujo**

Endereço eletrónico: **ribeirapera.sa@sapo.pt**

Natureza da atividade: **Exploração do Parque do Safrujo**

CAE: **82990**

Objeto social: **Promoção do Desenvolvimento Local e Regional**

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística. Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e a Norma Contabilística de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Sempre que a NCRF-PE não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: (i) NCRF e Normas Interpretativas (NI); (ia) Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho; (iii) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os

montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

2.8. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras.

2.9. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados de acordo com o modelo do custo, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada bem.

As taxas de depreciação utilizadas foram as taxas normais do DR 25/2009, coincidentes com os períodos de vida útil estimada e que são os seguintes:

Descrição	Anos de vida
Edifícios e outras construções	10-25
Equipamento básico	8-12
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	4-20
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2-16

Os custos com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 poderão ainda estar sujeitas a revisão.

3.4. Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros Créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.5. Ativos não correntes detidos para venda

Consideram-se investimentos disponíveis para venda aqueles cuja quantia escriturada seja recuperada principalmente através de uma transação de venda.

São inicialmente registados pela quantia escriturada e, na data do relato, pelo justo valor menos os custos de vender. Estima-se que o valor de aquisição seja muito aproximado ao justo valor à data do fecho destas contas.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em Bancos.

É adotado o sistema de fundo fixo na gestão dos valores existentes em caixa.

3.7. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



5

3.8. Fornecedores e Outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas ao custo.

3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas e da prestação dos serviços.

3.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os **subsídios não reembolsáveis**, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações e amortizações dos ativos subsidiados.

Em 2022 ocorreu a aprovação da Candidatura do Programa Operacional do Centro, pelo Fundo Europeu para o desenvolvimento da economia regional (COMPETIR), candidatura nº 49136, com o objetivo de reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas concedendo apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, configurando a Ampliação do Parque Industrial do Safrujo, em Castanheira de Pera.

Em 2023 foi também recebido do Município de Castanheira de Pera um **subsídio à exploração** que diz respeito ao contrato-programa Exploração do Centro Empresarial do Safrujo.

3.12. Gastos e regime do acréscimo

Os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o dispêndio não produza benefícios económicos futuros ou quando os benefícios económicos futuros não se qualifiquem, ou deixem de se qualificar, para reconhecimento no balanço como ativo. São ainda reconhecidos gastos na demonstração dos resultados quando são incorridos passivos sem o reconhecimento de ativos.

Os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, o que significa que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

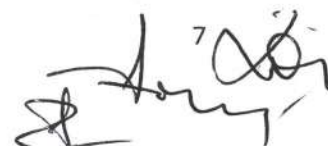
Ano 2023

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	38,78	7 938,79	7 977,26	0,31
Depósitos à ordem	305,87	444 107,94	435 395,68	9 018,13
Total caixa e depósitos bancários	344,65	452 046,73	443 372,94	9 018,44

Ano 2022

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	50,00	13 260,59	13 271,81	38,78
Depósitos à ordem	5 849,98	27 059,30	32 603,41	305,87
Total caixa e depósitos bancários	5 899,98	40 319,89	45 875,22	344,65

O valor dos depósitos à ordem apresentam um valor consideravelmente mais elevado comparativamente com o ano de 2023 resultado, fundamentalmente, do esforço da na gestão da sua tesouraria.



5. Partes relacionadas

5.1. Entidades que participam no capital da empresa:

NIF	506 731 324
Denominação	Município de Castanheira de Pera
Sede (País)	Portugal
Capital social detido	34 868,00 €
Direitos de voto	55,80%
Data de início da participação	01-07-1984
É a entidade controladora final?	S

5.2. Transações entre partes relacionadas:

A empresa tem relações especiais com o Município de Castanheira de Pêra em virtude de este ser detentor de 55,80% do capital social.

Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Ano 2023

Natureza	Município Castanheira de Pêra
<u>VALOR DAS TRANSAÇÕES</u>	
Subsídios à Exploração	22 500,00

No final do ano o saldo em aberto desta transação é nulo.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Quantia escriturada e movimentos do período em ativos fixos tangíveis:

Ano 2023

Descrição	Conta 431 Terrenos e Rec. Naturais	Conta 432 Edifícios e Out. Construções	Conta 435 Equipamento Administrativo	Conta 437 Outros Ativos Fixos Tangíveis	Conta 453 AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início do período	328 152,55	161 213,25	10 376,36	10 193,30	2 867,71	512 803,17
Depreciações acumuladas no início do período	0,00	132 928,23	10 108,84	10 193,30	0,00	153 230,37
Saldo no início do período	328 152,55	28 285,02	267,52	0,00	2 867,71	359 572,80
Variações no período						
Aumentos do período	0,00	99 789,98	0,00	0,00	333 127,63	432 917,61
Aquisições em 1ª mão		99 789,98	0,00	0,00	333 127,63	432 917,61
Diminuições do período	0,00	4 567,07	44,59	0,00	0,00	4 611,66
Depreciações do período		4 567,07	44,59	0,00		4 611,66
Saldo no fim do período	328 152,55	123 507,93	222,93	0,00	335 995,34	787 878,75
Valor bruto no fim do período	328 152,55	261 003,23	10 376,36	10 193,30	335 995,34	945 720,78
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	137 495,30	10 153,43	10 193,30	0,00	157 842,03

O aumento significativo na rubrica dos ativos, no montante global de 432.917,61€, diz respeito ao investimento realizado em obras nos edifícios do Parque Empresarial do Safrujo mais concretamente no Edifício 2, no Edifício 5 e nas Estradas Interiores. De salientar que em 2023 apenas ficaram concluídas as Estradas Interiores.

Ano 2022

Descrição	Conta 431 Terrenos e Rec. Naturais	Conta 432 Edifícios e Out. Construções	Conta 435 Equipamento Administrativo	Conta 437 Outros Ativos Fixos Tangíveis	Conta 453 AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início do período	328 152,55	161 213,25	10 376,36	10 193,30	2 867,71	512 803,17
Depreciações acumuladas no início do período	0,00	130 783,62	10 064,25	10 193,30		151 041,17
Saldo no início do período	328 152,55	30 429,63	312,11	0,00	2 867,71	361 762,00
Variações no período						
Diminuições do período	0,00	2 144,61	44,59	0,00	0,00	2 189,20
Depreciações do período		2 144,61	44,59	0,00		2 189,20
Alienações						0,00
Saldo no fim do período	328 152,55	28 285,02	267,52	0,00	2 867,71	359 572,80
Valor bruto no fim do período	328 152,55	161 213,25	10 376,36	10 193,30	2 867,71	512 803,17
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	132 928,23	10 108,84	10 193,30		153 230,37

7. Outros ativos correntes

7.1 Decomposição dos outros ativos correntes

Ano 2023

Descrição	Ativos fixos tangíveis	Outros ANCDV	TOTAL	Passivos
1 Valor Bruto no início do período	5 000,00	0,00	5 000,00	
2 Depreciações/a mort. acumuladas no início				
3 Imparidades acumuladas no início				
4 Saldo no início do período	5 000,00	0,00	5 000,00	
5 Variações no período (VB)				
5.2 Diminuições do período	5 000,00	0,00	5 000,00	
Perdas por imparidade	5 000,00	0,00	5 000,00	
6 Saldo no fim do período	0,00	0,00	0,00	

[Handwritten signature]
2023
[Handwritten initials]

Ano 2022

Descrição		Ativos fixos tangíveis	Outros ANCDV	TOTAL	Passivos
1	Valor Bruto no início do período	0,00			
2	Depreciações/amort. acumuladas no início				
3	Imparidades acumuladas no início				
4	Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Variações no período (VB)				
5.1	Aumentos do período	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00
	Aquisições	5 000,00		5 000,00	
6	Saldo no fim do período	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00

Durante o ano de 2022, no âmbito do processo 233/20.3T8FVN, foram requeridas as execuções para: 1. ser paga a quantia de 16.500€ e 2. serem entregues bens móveis no montante de 5.000€, para além do imóvel que ocupava, destinado à atividade industrial e sito no Parque Industrial do Safrujo. Como os bens entregues eram alheios à atividade da empresa o seu fim teria sido a venda e, como tal, foram contabilizados como ativos não correntes detidos para venda. No entanto, já no decorrer do ano de 2023, em virtude do estado em que os bens se encontravam completamente obsoletos, inutilizados, em mau estado de conservação e sem qualquer interesse económico para a Ribeirapera, foi decidido constituir uma imparidade enquanto se aguarda o desenrolar do processo.

8. Financiamentos obtidos

8.1. Custos dos financiamentos obtidos capitalizados e reconhecidos em gastos, por tipo de financiamento:

Ano 2023

Descrição	Valor contratual do empréstimo/ contrato	Valor do empréstimo		Custos dos financiamentos obtidos anuais suportados		Custos dos financiamentos nos gastos
		Corrente	Não corrente	Total	Juros suportados	
Empréstimos genéricos	105 000,00	6 301,18	92 669,40	1 393,86	1 396,86	1 396,86
Instit. De crédito e Soc. Financeiras	105 000,00	6 301,18	92 669,40	1 393,86	1 396,86	1 396,86
Total dos Empréstimos/ Contratos	105 000,00	6 301,18	92 669,40	1 393,86	1 396,86	1 396,86

Durante o ano de 2023 para fazer face ao investimento realizado já mencionado na Nota 6 houve necessidade de contrair um novo financiamento junto da CCAM no montante de 75.000€. Também durante este ano foi liquidado o empréstimo que a Ribeirapera tinha na CGD no valor de 29.000€ e havia sido contraído em 2008.

Ano 2022

Descrição	Valor contratual do empréstimo/	Valor do empréstimo		Custos dos financiamentos obtidos anuais suportados		Custos dos financiamentos nos gastos
		Corrente	Não corrente	Total	Juros suportados	
Empréstimos genéricos	59 000,00	3 960,33	23 948,36	466,73	466,73	466,73
Instit. De crédito e Soc. Financeiras	59 000,00	3 960,33	23 948,36	466,73	466,73	466,73
Total dos Empréstimos/ Contratos	59 000,00	3 960,33	23 948,36	466,73	466,73	466,73

9. Imparidade de Ativos

Ano 2023

Descrição	Perdas imparidade reconhecidas em resultados	Total das reversões de perdas por imparidade
Ativos individuais		
Ativos Não Correntes detidos para venda	5 000,00	5 000,00
Totais	5 000,00	5 000,00

Conforme referido na Nota 7 foi reconhecida uma imparidade relativa aos bens registados na conta Ativos não Correntes Detidos para Venda.

10. Diferimentos

10.1. Divulgação dos elementos que constituem a rúbrica "Diferimentos"

Descrição	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Gastos a Reconhecer (SD)	1 235,91	1 237,94	-2,03	(0,2)
Seguros	923,52	926,56	-3,04	(0,3)
Outros (Plataforma ACINGOV)	312,39	311,38	1,01	0,3
Rendimentos a reconhecer	3 680,11	4 659,95	-979,84	(21,0)
Rendas	1 684,93	669,57	1 015,36	151,6
Outros (Contrato Gesthidro)	1 995,18	3 990,38	-1 995,20	(50,0)
Totais	4 916,02	5 897,89	-981,87	100,0

11. Rédito

11.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:

Descrição	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Prestação de serviços	33 103,25	29 549,04	3 554,21	12,0
Subtotais	33 103,25	29 549,04	3 554,21	12,0
Totais	33 103,25	29 549,04	3 554,21	12,0

[Handwritten signature and date]

12. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

12.1. Natureza e extensão dos subsídios e outros apoios de entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio de que diretamente se beneficiou.

Ano 2023

Descrição	Subsídios de outras entidades FEDER		Valor que falta imputar
	Valor total atribuído	Valor imputado no período	
Subsídios ao investimento	426 838,17	3 751,75	423 086,42
Para ativos fixos tangíveis	426 838,17	3 751,75	423 086,42
Edifícios e outras construções	426 838,17	3 751,75	423 086,42
Subsídios à exploração	22 500,00	22 500,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	
Totais	449 338,17	26 251,75	423 086,42

Ano 2022

Descrição	Subsídios de outras entidades FEDER		Valor que falta imputar
	Valor total atribuído	Valor imputado no período	
Subsídios ao investimento	429 393,75	2 555,58	426 838,17
Para ativos fixos tangíveis	429 393,75	2 555,58	426 838,17
Edifícios e outras construções	429 393,75	2 555,58	426 838,17
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos			
Subsídios à exploração	112,00	112,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	
Totais	429 505,75	2 667,58	426 838,17

A empresa apresentou-se, já em 2020, uma candidatura ao abrigo do AVISO CENTRO-53-2020-08 - OPERAÇÕES DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL, no valor aproximado de meio milhão de euros, cujo objetivo é recuperar os dois pavilhões principais propriedade da Ribeirapera, e com essa operação ampliar a oferta de espaços a pequenas e médias empresa, com áreas mais adaptadas à realidade regional, assim como reabilitar os arruamentos internos do parque que não pertencem à rede pública, e por isso não vão ser intervencionados pelo município.

Em janeiro de 2022 foi assinado o termo de aceitação da referida candidatura onde está previsto um financiamento no montante de 429.393,75€. A concretização da candidatura prevê um investimento global de 507.460,40€ e uma taxa de subsidio não reembolsável de 85%. O investimento foi parcialmente executado em 2023, tendo sido apenas concluída a parte que respeita às Estradas Interiores do parque.

13. Impostos e Contribuições

13.1. Divulgação dos seguintes componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	2023	2022
1 Resultado antes de impostos	11 829,91	8 765,26
2 Imposto corrente	3 070,07	3 145,06
4 Imposto sobre o rendimento (4=2+3)	3 070,07	3 145,06
6 Taxa efetiva de imposto (6=4/1)	26%	36%

13.2. Decomposição dos saldos com o Estado, conforme quadro seguinte:

Descrição	2023		2022	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
IRC a Recuperar	1 437,15		1 034,25	
IVA - A pagar		837,45		438,61
Contribuições para a Segurança Social		286,12		224,59
Totais	1 437,15	1 123,57	1 034,25	663,20

14. Instrumentos financeiros

14.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Ano 2023

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Dívidas a receber de clientes	20 892,67	6 353,95			27 246,62
Totais	20 892,67				27 246,62

Ano 2022

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Dívidas a receber de clientes	5 604,60	15 288,07			20 892,67
Totais	5 604,60				20 892,67

Foi reconhecida em 2023 uma perda por imparidade de dividas a receber de clientes no montante global de 6.353,95€ e que diz respeito aos clientes Marco Aurélio Martins Nunes no montante de 1.022,85€ e Oficinas Gáficas Ribeira de Pera no montante de 5.331,10€. Este procedimento foi tomado porque existiam claras evidências de mora e risco de cobrança dos referidos montantes.

14.2. Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	2023	2022
Em mora:	27 246,62	20 892,66
Até 6 meses	1 479,12	0,00
Há mais de 6 e até 12 meses	2 501,97	1 227,41
Há mais de 12 e até 18 meses	2 706,54	1 431,99
Há mais de 18 e até 24 meses	2 325,73	1 022,85
Há mais de 24 meses	18 233,26	17 210,41
Totais	27 246,62	20 892,66

14.3. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Ano 2023

Descrição	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Ativos financeiros:			
Clientes	29 845,62	27 246,62	2 599,00
Clientes c/c	2 599,00		2 599,00
Clientes de cobrança duvidosa	27 246,62	27 246,62	0,00
Outros créditos a receber	212 841,81		212 841,81
Passivos financeiros:			
Fornecedores	5 652,97		5 652,97
Fornecedores c/c	5 652,97		5 652,97
Financiamentos obtidos	98 970,58		98 970,58
Empréstimos bancários	98 970,58		98 970,58
Outras dívidas a pagar	134 470,34		134 470,34
Rendimentos e gastos de juros de:			
Passivos financeiros	1 393,86		1 393,86

Ano 2022

Descrição	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Ativos financeiros:			
Clientes	27 345,93	20 892,67	6 453,26
Clientes c/c	6 453,26		6 453,26
Clientes de cobrança duvidosa	20 892,67	20 892,67	0,00
Outros créditos a receber	445 842,41		445 842,41
Passivos financeiros:			
Fornecedores	6 621,26		6 621,26
Fornecedores c/c	6 621,26		6 621,26
Financiamentos obtidos	27 908,69		27 908,69
Empréstimos bancários	27 908,69		27 908,69
Outros passivos correntes	13 527,01		13 527,01
Rendimentos e gastos de juros de:			
Passivos financeiros	466,73		466,73

14.4. Decomposição da rubrica "Outras Dívidas a Pagar"

Descrição	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Remunerações a pagar	804,77	547,17	257,60	0,5
Fornecedores de Investimentos	127 811,27	7 458,25	120 353,02	100,0
Credores por acréscimos	5 854,30	5 521,59	332,71	100,0
Remunerações a liquidar - Encargos c/ férias	2 029,50	1 881,00	148,50	0,1
Outros acréscimos de gastos	3 824,80	3 640,59	184,21	100,0
Outros Credores	152,00	0,00	152,00	100,0
Totais	134 622,34	13 527,01	121 095,33	9,0

14.5. Decomposição da rubrica "Outras Dívidas a Receber"

Descrição	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Outros Credores:				
Processo Execução	16 500,00	16 500,00	0,00	
FEDER	196 444,95	429 293,75	(232 848,80)	
Outros	48,66	48,66	0,00	0,0
Totais	212 993,61	48,66	212 944,95	0,0

A candidatura, já mencionada na Nota 3.11, foi executada durante o ano de 2023 ficando por receber do FEDER o saldo de 196.444,95€

[Handwritten signature]
15
[Handwritten mark]

15. Capitais Próprio

15.1. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios, ainda não referidos anteriormente:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital subscrito	62 500,00	0,00	0,00	62 500,00
Reservas legais	12 208,30	291,70	0,00	12 500,00
Outras reservas	16 769,20	0,00	0,00	16 769,20
Resultados Transitados	(44 600,72)	5 328,50	0,00	(39 272,22)
Excedentes de revalorização	286 770,05	0,00	0,00	286 770,05
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	426 838,17	0,00	3 751,75	423 086,42
Resultado Líquido do Período	5 620,20	8 759,84	5 620,20	8 759,84
TOTAIS	766 105,20	14 380,04	9 371,95	771 113,29

Foi aprovada em Assembleia Geral de dia 27 de março de 2023 a aplicação do resultado positivo de 2022, no valor de 5.620,20€ em resultados transitado.

Ano 2022

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital subscrito	62 500,00	0,00	0,00	62 500,00
Reservas legais	12 208,30	0,00	0,00	12 208,30
Outras reservas	16 769,20	0,00	0,00	16 769,20
Resultados Transitados	(47 588,58)	2 987,86	0,00	(44 600,72)
Excedentes de revalorização	286 770,05		0,00	286 770,05
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	429 393,75		2 555,58	426 838,17
Resultado Líquido do Período	2 987,86	5 620,20	2 987,86	5 620,20
TOTAIS	763 040,58	8 608,06	5 543,44	766 105,20

16. Fornecimentos e serviços externos

16.1. Decomposição dos Fornecimentos e Serviços Externos:

Descrição	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Trabalhos especializados	2 527,54	3 123,68	(596)	(19,1)
Honorários	2 958,92	1 627,55	1 331	81,8
Contencioso e notariado	2 170,46	1 350,80	820	60,7
Seguros	1 413,53	955,06	458	48,0
Eletricidade	1 200,57	777,86	423	54,3
Comunicação	808,45	548,17	260	47,5
Água	517,39	382,80	135	35,2
Material de escritório	558,27	356,54	202	56,6
Serviços bancários	398,19	253,99	144	56,8
Ferram. e utens. desg. rápido	109,97	174,74	(65)	(37,1)
Livros e documentação técnica	0,00	161,75	(162)	(100,0)
Limpeza, higiene e conforto	112,37	141,98	(30)	(20,9)
Outros serviços	27,32	135,64	(108)	(79,9)
Publicidade	200,00	123,00	77	62,6
Deslocações e estadas	37,80	62,28	(24)	(39,3)
Conservação e reparação	1 782,60	21,53	1 761	8 179,6
Rendas e Alugueres	716,72	0,00	717	
Totais	15 540,10	10 197,37	5 343	52,4

17. Gastos com o Pessoal

17.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	2023		2022	
	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa				
Pessoas remuneradas	1	1992	1	1840
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário				
Pessoas a tempo completo	1	1992	1	1840
Pessoas ao serviço da empresa por sexo				
Feminino	1	1992	1	1840

17.2. Gastos com o pessoal:

Descrição	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Remunerações do pessoal	11 716,04	10 567,12	1 148,92	10,9
Encargos sobre as remunerações	2 555,52	2 292,19	263,33	11,5
Seguros de acidentes no trabalho	267,57	260,06	7,51	2,9
Totais	14 539,13	13 119,37	1 419,76	10,8

[Handwritten signature and initials]

18. Outros gastos e outros rendimentos

18.1. Decomposição da rubrica “Outros gastos”, conforme quadro seguinte:

Descrição	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Impostos	2 414,75	4 259,38	(1 845)	(43,3)
Outros gastos e perdas	128,83	2 784,41	(2 656)	(95,4)
Totais	2 543,58	7 043,79	(4 500)	(63,9)

18.2. Decomposição da rubrica “Outros rendimentos”, conforme quadro seguinte:

Descrição	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Rendimentos suplementares	2 360,20	2 016,23	344	17,1
Outros	3 848,74	25 392,52	(21 544)	(84,8)
Totais	6 208,94	27 408,75	(21 200)	(77,3)

A rubrica “Outros rendimentos” inclui o montante de 3.751,75€ de imputação de subsídios ao investimento que correspondem ao reconhecimento como ganho da parte proporcional àquela que foi contabilizada como gasto de depreciação dos bens do ativo associados à candidatura do Programa Operacional do Centro, para o desenvolvimento da economia regional.

19. Divulgações exigidas por diplomas legais

19.1. Informação por atividade económica:

Ano 2023

Descrição	Serv. de Apoio às Empresas	Total
	CAE 82990	
Prestações de serviços	33 103,25	33 103,25
Fornecimentos e serviços externos	15 540,10	15 540,10
Número médio de pessoas ao serviço	1	1
Gastos com o pessoal	14 539,13	14 539,13
Remunerações	11 716,04	11 716,04
Outros gastos	2 823,09	2 823,09
Ativos fixos tangíveis		
Quantia escriturada líquida final	787 878,75	787 878,75

Descrição	Serv. de Apoio às Empresas	Total
	CAE 82990	
Prestações de serviços	29 549,04	29 549,04
Fornecimentos e serviços externos	10 197,37	10 197,37
Número médio de pessoas ao serviço	1	1
Gastos com o pessoal	20 163,16	20 163,16
Remunerações	13 119,37	13 119,37
Outros gastos	7 043,79	7 043,79
Ativos fixos tangíveis		
Quantia escriturada líquida final	359 572,80	359 572,80

19.2. Outras divulgações exigidas por diploma legal

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artº 397º do CSC (Negócios entre os Administradores e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos do nº 5, alínea e) do Artº 66º do CSC.

Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que :

- Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;
- Os honorários faturados no período de 2023 pelo Revisor Oficial de Contas referem-se a Revisão Legal de Contas (1.771,00€).

20. Outras Informações


20.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

Descrição das responsabilidades da empresa por garantias prestadas:

No âmbito do contrato celebrado com a Caixa de Geral de Depósitos até ao montante de 29.000,00€ foram dados como garantia a consignação de receitas a receber dos inquilinos dos diversos armazéns do Parque do Safrujo.

Ajustamentos no Capital Próprio

A empresa apresentou-se, já em 2020, uma candidatura ao abrigo do AVISO CENTRO-53-2020-08 - OPERAÇÕES DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL, cujo objetivo é recuperar os dois pavilhões principais propriedade da Ribeirapera. Em janeiro de 2022 foi assinado o termo de aceitação da referida candidatura onde está previsto um financiamento no montante de 429.393,75€. A execução desta candidatura implica um investimento global no montante de 507.460,40€ e uma taxa de comparticipação de 85%. O investimento foi parilamente executado durante o ano de 2023.


 19


21. Acontecimentos após a data do balanço

21.1. Autorização para emissão das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração nesta data.

21.2. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos:

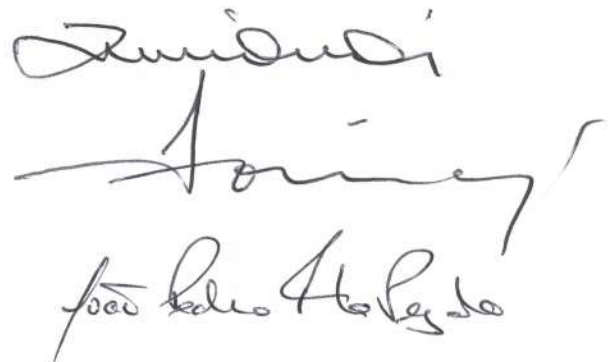
Não ocorreram quaisquer acontecimentos após a data do balanço que alterem o conteúdo ou os valores destas Demonstrações Financeiras.

Castanheira de Pera, 22 de março, 2024

O Contabilista Certificado



Conselho de Administração




Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **Ribeirapera – Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A.**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Desde a data em que fomos nomeados, acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado, nomeadamente, os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
 - Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens e/ou valores pertencentes à sociedade;
 - Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
 - Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
 - Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades dos acionistas, colaboradores da sociedade e outros;
 - Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício; e
 - Averiguámos, no alcance que considerámos necessário, a observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade.
- No decurso dos nossos atos de verificação, obtivemos da Administração e dos serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.
- 

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da **Ribeirapera – Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A.**, em resultado da qual somos de parecer que:

- A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2023 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- O Relatório de Gestão do exercício de 2023 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais; e
- O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e o Anexo do exercício de 2023, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Leiria, 22 de março de 2024



Assinado por: Mariana Lopes
Bernardino
Identificação: 8112785187
Data: 2024-03-22 às 16:12:09
Local: Leiria
Motivo: Parecer do FU

Mariana Lopes Bernardino (ROC n.º 1850)

Rua Senhor dos Aflitos, n.º 156, 2.º Esq., 2420-046 Arrabal - Leiria

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Ribeirapera – Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 1.015.162,86 euros e um total de capital próprio de 771.113,29 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 8.759,84 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativa ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Ribeirapera – Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:


- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- 

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos do parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Assinado por: Mariana Lopes
Bernardino
Identificação: 8112785 187
Data: 2024-03-22 às 16:40:34
Local: Leiria
Motivo: CLC

Leiria, 22 de março de 2024

Mariana Lopes Bernardino (ROC n.º 1850)

Rua Senhor dos Afiltos, n.º 156, 2.º Esq., 2420-046 Arrabal - Leiria